

BARRA FUTEBOL CLUBE LTDA

CAMBORIÚ/SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA

ANO 2025

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2
DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA.....	7
CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.....	8
RELATÓRIO DE AUDITORIA	14
1 Considerações Preliminares.....	14
2 Aspectos Contábeis Relevantes.....	17
3 Procedimentos Adotados.....	18
Ativo Circulante	19
4 Análise das Contas Contábeis e Saldos.....	19
4.1 Saldo Caixa.....	19
4.2 Saldo Banco Conta Movimento.....	20
4.3 Estoques.....	21
4.4 Clientes a Receber.....	21
4.5 Outros Créditos.....	21
4.6 Adiantamentos de Férias e Diversos.....	21
4.7 Tributos e Contribuições a Compensar.....	22
4.8 Despesas Exercício Seguinte.....	22
Ativo Não Circulante	23
4.9 Empréstimos Direitos e Cauções.....	23
4.10 Ativo Imobilizado.....	24
Passivo Circulante	24
5 Análise das Contas Contábeis e Saldos.....	24
5.1 Impostos a recolher.....	24
5.2 Obrigações Trabalhistas Encargos Sociais.....	26
5.3 FGTS e INSS a Recolher.....	26
5.4 Outras Obrigações a Pagar.....	27
5.5 Provisões de Férias.....	27
6 Contas de Resultado.....	28
6.1 Obrigações Acessórias e Registros.....	28
6.2 Certidões Negativas.....	29
7 Demonstrações Contábeis.....	29
8 Verificação e Mensuração dos Documentos.....	30
9 Aspectos Relevantes ao Exame de Doc.....	30
10 Demonstrações Contábeis.....	31
Balanço	31
Demonstrativo de Resultado do Exercício.....	32

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Administração da empresa

Barra Futebol Clube Ltda.

Em análise as demonstrações contábeis da empresa **Barra Futebol Clube Ltda.**, no qual compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, as Demonstrações de Resultado do Exercício, Escrituração Contábil Digital – ECD, folha de pagamento mensal, Folha 13º salário, e social do exercício 2025, obrigações acessórias sobre folha de salários, e seus encargos, SPED – escrituração fiscal digital - contribuições, DCTFweb, os fluxos de caixa e composição de saldos, as obrigações acessórias em conformidade com a legislação vigente no exercício 2025, com aplicação do método direto, demonstração dos resultados abrangentes, bem como as correspondentes notas explicativas, no presente trabalho incluímos a análise das práticas contábeis e os procedimentos adotados quanto a legislação e atendimento as normas brasileiras de contabilidade.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e documentos analisados, acima mencionados apresentam adequadamente todos os aspectos relevantes no qual precisam demonstrar a posição patrimonial e financeira mensurada da empresa Barra Futebol Clube Ltda. Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa bem como classificação das despesas e obrigações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos pronunciamentos contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

1) **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da sociedade no período auditado é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e prerrogativas de adoção de contabilidade com estrutura de plano de contas conforme normas brasileiras de contabilidade, bem como pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis, livres de distorções relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, que os sistemas externos e internos na elaboração das demonstrações financeiras são confiáveis, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que sua administração pretende encerrar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança e administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, bem como pelo zelo perante terceiros relacionados com a empresa.

2) **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, analisadas e auditadas, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por erros ou omissões, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos cautela profissional ao longo de auditoria. Além disso:

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada baseada em documentos e com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, para o usuário e mercado econômico em tomadas de decisões.

- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.
- Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir recomendação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não se manter em continuidade operacional em função dos riscos causados pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluído, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, bem como documentos apresentados, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício compreendido, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

3) **Opinião**

Em nossa opinião as **demonstrações contábeis do período de 01/01/2025 à 31/12/2025** referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, da empresa Barra Futebol Clube Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades com fins lucrativos,

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Proceconta Consultoria Contábil e Empresarial S/S

Marice Fronchetti

Contadora CRC/RS 49.406

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

À

Administração da empresa
Barra Futebol Clube Ltda.

Porto Alegre, 13 de março de 2026.

Em conexão com nossos trabalhos de Auditoria Externa relacionados à emissão de relatório de auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, declaramos que a Dra. Marice Fronchetti é independente em relação a empresa Barra Futebol Clube Ltda., e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados relativos às informações de acordo com as regras do auditor independente e do Código de Ética da Profissão.

Proceconta Consultoria Contábil e Empresarial S/S

Marice Fronchetti

Contadora CRC/RS 49.406

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

Ao Barra Futebol Clube Ltda.

A/C Sr. Benjamin Pereira Sobrinho

Prezado(s) Senhor(s),

Com referência a auditoria das demonstrações financeiras da empresa Barra Futebol Clube Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2025 reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras citadas em epígrafe e a seguir identificadas, refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira 01 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, objeto da auditoria, os resultados das operações, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, bem como, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Com base em nossos conhecimentos e como administradores, confirmamos as seguintes informações a Vossas Senhorias durante seu exame das demonstrações financeiras da Barra Futebol Clube Ltda referente ao período findo de 31 de dezembro de 2025:

Na qualidade de Administrador do Barra Futebol Clube Ltda., estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações financeiras e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento a legislação pertinente. Além disso, colocamos a disposição

de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros, bem como de reuniões de diretoria, sendo que as últimas elaboradas pelo Barra Futebol Clube Ltda., até a data de apresentação dessa carta de responsabilidade e apresentadas a Vossas Senhorias, confirmamos que não ocorreram reuniões ou quaisquer outras deliberações durante o exercício encerrado em de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, todas as reuniões de diretores, do conselho de celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros e refletem a totalidade das decisões aprovadas.

Especificamente confirmamos que:

- As demonstrações financeiras e notas explicativas registram as bases de avaliações dos ativos e ajustes destas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir os valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Todos os passivos e obrigações, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Todos os compromissos firmados e informações pertinentes aos mesmos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Os resultados conhecidos e esperados pela empresa encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Todos os ativos são de propriedade da empresa estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames;
- Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando estes saldos disponíveis;

Confirmamos a seguir que não possuímos qualquer operação de instrumentos derivativos ou qualquer outra transação não registrada nas demonstrações financeiras, bem como:

- As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos;

- Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras;
- O sistema contábil e de controle interno pela entidade é de responsabilidade da Administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros;
- Todas as garantias e avais dados estão, adequadamente, divulgados nas demonstrações financeiras.

Confirmamos que não existem litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a empresa, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.

Fornecemos:

- Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros e documentação, e outros;
- Informações adicionais que V.Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria;
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V.Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria; e
- Aos senhores a entidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento.

Além disso não temos conhecimento:

- De que membros da Administração tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a entidade esteja sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o ano 2025, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou tenham sido realizadas no melhor interesse da entidade;
- Transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas demonstrações financeiras e/ou em nota explicativa;
- De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesse em empresas com as quais a entidade mantém ou manteve relações;

- De quaisquer fatos ocorridos desde 01 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025 que possam afetar as demonstrações financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da empresa;
- De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado, ativo intangível possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação;
- De efeitos relevantes nas demonstrações financeiras acima referidas e identificadas decorrentes das seguintes situações:
 - Ações ou reclamações relevantes contra a empresa;
 - Acordos ou operações estranhas aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
 - Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a empresa;
 - Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas;
 - Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre a inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, fiscais ou previdenciários;
 - De outros eventos ocorridos em período subsequente que não tenham sido reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados em notas explicativas;

Também confirmamos que:

- A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da empresa é adequada à necessidade da entidade e encontram-se contratos em montante considerado suficiente por sua Administração;
- Todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória, foram colocados à disposição;
- Todas as instituições financeiras que mantemos operações encontram-se contabilizadas nas demonstrações financeiras ou divulgadas em notas explicativas;

- As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes e quando necessário foram confirmados por nossos assessores jurídicos (ou outros assessores, quando necessário).
- Até a presente data de emissão desta carta, a entidade não celebrou ou não possui em aberto contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos, quais sejam, contratos futuros, contratos a termo, opções, CAPS, SWAPS, FORWARDS ou qualquer outra modalidade.
- Reconhecemos nossa responsabilidade na elaboração e implementação de programas e controles para prevenir e detectar fraudes. Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude que afete a entidade e:
 - Membros da Administração;
 - Empregados que possuem cargos importantes no controle interno;
 - Outros em que a fraude poderia ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Levamos ao seu conhecimento quaisquer alegações de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude, que chegaram ao nosso conhecimento (independentemente da fonte ou forma e incluindo denúncias) e que poderiam acarretar erros nas demonstrações financeiras ou, caso contrário, afetar os relatórios financeiros da empresa.
- Além disso, temos ciência de que a Proceconta Consultoria Contábil e Empresarial S/S possam ser requeridas a prestar certas informações a órgãos regulamentadores ou requerimentos refere-se á exigência aplicável ao auditor independente que consta na lei 12.683/2012 (Lei de prevenção de lavagem de dinheiro que alterou a lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao conselho de controle de atividades financeiras (COAF), situações que possam .constituir indícios de lavagem de dinheiro identificados quando da prestação de seus serviços no curso normal dos serviços de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido e quando aplicável, eventuais comunicados ao COAF relacionados a este assunto devem ser efetuados pela firma de auditoria de acordo com as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal

notificação não representa violação de sigilo profissional e que a Vossa Senhoria está sujeita no semestre de suas atividades profissionais. Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis de 9.613/98 e 12.683/12 ocorridas até essa data.

Não houve:

- Fraude envolvendo a Administração ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança;
- Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação das demonstrações financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisões para contingências passivas.

Relatório da auditoria conterà os seguintes assuntos:

Ênfase

Não temos o conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas demonstrações financeiras.

Atenciosamente,

Benjamin Pereira Sobrinho

Administrador

RELATÓRIO DE AUDITORIA

COMPREENDENDO O PERÍODO DE 01/01/2025 a 31/12/2025

1- Considerações Preliminares

1.1- A realização e elaboração dos trabalhos bem como as premissas adotadas à auditoria independente voltada ao exame das demonstrações contábeis, que compreende o período de 01 janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, sendo realizada no mês março e abril 2026, onde adotamos a imparcialidade, observância nas normas, governança da administração e conjunto de informações relevantes que impactam os registros contábeis do período acima mencionado, abrangendo documentos necessários, processos internos, relacionamento com o mercado, adoção de políticas estruturadas que refletem na composição das demonstrações dos resultados bem como conjunto de relatórios e informações no qual serviram de base para a analisar a elaboração das demonstrações financeiras e contábeis da empresa.

1.2- Os trabalhos foram realizados de forma analítica e sistêmica, com cruzamento das informações constantes nos relatórios internos, balancetes mensais e balanço patrimonial, demonstrações financeiras, segundo padrões usuais de auditoria, incluindo aplicação de testes e exames sobre operações, extratos bancários, notas fiscais, livros, registros, reconciliação de valores das operações, documentos e posições contábeis bem como controles auxiliares internos relevantes, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, mantendo a imparcialidade.

1.3- Como premissa e de forma subsidiária o objetivo do trabalho compreende a característica de apontar os aspectos importantes e relevantes que entendemos convenientes destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre situações, que possibilite a

empresa que, em posse destas informações possa proceder nas providências julgadas para a administração e governança que sejam necessárias para implementar melhorias, analisando cada situação de forma específica, e implementando processos necessários de gestão e administração.

1.4- Um dos norteadores e objetivo de análise, foram os fluxos de caixa, movimentação bancária e composição de suas despesas bem como saldos iniciais e finais;

1.5- Analisamos todos os tributos pertinentes bem como conciliação de retenções de prestadores de serviços, bem como seus recolhimentos.

1.6- Analisamos a folha de pagamento, bem como seus encargos tais como INSS, FGTS e obrigações acessórias - e-social com cruzamento de informações prestadas na conectividade social e DCTFWEB.

1.7- Como aspectos relevantes foram analisadas as obrigações acessórias correlatas, considerando a opção do regime tributária da empresa, e suas respectivas entregas e informações prestadas.

1.8- A empresa tem seu contrato social registrado sob o nº 42204970053 na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e sua última alteração contratual com consolidação de seus atos registrada sob o nº235147329857160 na data de 03/12/2025, com capital social no valor R\$149.356.047,63 (cento e quarenta e nove milhões trezentos e cinquenta e seis mil quarenta e sete reais e sessenta e três centavos) totalmente integralizados.

1.9- A Sociedade tem como única sócia a sociedade empresária limitada BRAHO ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 35.343.435/0001-29, com sede na Rua Ângelo Cavaglieri nº 550 Prédio Administrativo 2º andar sala 01, Bairro Canhanduba, Município de Itajaí Estado de Santa Catarina, CEP 88.313-010;

1.9.1- A sociedade BARRA FUTEBOL CLUBE LTDA., tem sede no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Rua 1500, nº 914, (escritório virtual para fins de endereço comercial e fiscal), Centro, CEP 88330-526, no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,

A Sociedade possui uma filial na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Angelo Cavaglieri, nº 550, Bairro Canhanduba, CEP 88.313-010.”

1.10- A empresa tem como objeto social:

- (a) exercer atividades de clube social e esportivo, possibilitando a seus membros a prática desportiva de futuro profissional e não profissional;
- (b) administrar as atividades relacionadas à formação de atletas para a prática profissional de futebol;
- (c) administrar, nos termos da legislação em vigor, a exploração e o uso do nome, da marca, dos símbolos, da sede e das imagens da Sociedade e dos atletas a ela vinculados;
- (d) licenciar os produtos derivados da exploração do nome, da marca e dos símbolos da sociedade;
- (e) filiar-se diretamente a entidades nacionais e regionais de administração do desporto ou ligas, bem como participar de campeonatos, torneios, copas competições ou partidas relativas a disputas envolvendo a prática profissional ou não do futebol e demais esportes olímpicos ou não;

- (f) realizar transferências de atletas de qualquer modalidade de prática do desporto de alto rendimento, podendo contratar, ceder, doar, emprestar, receber por cessão e rescindir contratos de toda e qualquer natureza com atletas de alto rendimentos e com terceiros, em especial contratos de trabalho, de aquisição ou alienação de direitos econômicos e contratos de trabalho, de aquisição ou alienação de direitos econômicos e contratos relacionados a vínculo desportivo;
- (g) produzir, planejar, organizar, realizar e divulgar eventos esportivos, com a finalidade de obtenção de lucro; e
- (h) participar de outras sociedades e associações como quotista, acionista ou associada.
- i) comércio varejista de artigos esportivos;
- j) comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos;
- k) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação.

2 – Aspectos Contábeis Relevantes

Em análise os demonstrativos contábeis e sua documentação que foram objeto de análise e serviram de base para os registros que lhe dá suporte, podemos destacar:

2.1- Lançamentos contábrs: analisando escrituração nos livros diário e razão, verifica-se que a contabilidade está lançada conforme o regime de competência, desta forma respeitando a boa técnica contábil e as normas inerentes; atendendo a legislação.

Abrangemos na presente a análise das receitas e as despesas incluídas na apuração do resultado e verificamos a boa pratica técnica no qual ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.2-Organização da documentação: a documentação foi apresentada de forma adequada e organizada, atendendo os procedimentos do processo de contabilização; os relatórios em forma digital possibilitando acesso a todas as informações inerentes e necessárias.

2.3- Examinamos que as demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos pronunciamentos contábeis atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como observa-se históricos padronizados de boa técnica inerente a transparência da informação.

3 – Procedimentos Adotados

3.1-O procedimento adotado para verificação da presente auditoria considerou:

- Como premissa a preparação dos documentos e papéis de trabalho através de planilhas que possibilitaram a reconciliação das contas consideradas relevantes que compõem as demonstrações contábeis;
- Identificação dos valores que compõem os saldos contábeis e da documentação base que lhe dá suporte; tais como controles internos de saldos, controle de fluxo de caixa, extratos bancários, folha de pagamento, recolhimento de impostos e encargos.
- Verificação e confirmação da existência da documentação e sua fidelidade considerando uma amostragem considerável que possa dar segurança na verificação da informação.
- Análise de boletim de caixa mensal, comprovantes e da documentação lançada nesta conta;
- Análise das receitas bem como documentos e sua base legal;

- Análise das contas de despesas, com valores significativos e relevantes em relação ao total das despesas da empresa e confirmação de documentação que lhe dê suporte aos lançamentos realizados nos registros;
- Análise dos tributos e contribuições devidos pela empresa e seu respectivo reconhecimento com análise das obrigações acessórias inerentes;
- Análise da folha de salários, bem como suas obrigações acessórias e encargos;
- Análise da contabilização das apólices de seguros;
- Análise de documentação em geral e das declarações enviadas aos órgãos públicos;
- Análise das obrigações acessórias pertinentes a obrigatoriedade em virtude do regime tributário;
- Análise das certidões negativas junto aos órgãos de controle.

O objeto de trabalho da auditoria contábil consiste no exame do conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, folha de pagamento, papéis, documentos, fichas e relatórios, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e legitimidade dos atos e fatos da administração, com o propósito de determinar a integridade do seu sistema de controle interno e das suas demonstrações financeiras, avaliando a qualidade das informações fornecidas pela contabilidade.

Ativo Circulante

4 – Análise das contas contábeis e Saldos - contas do Ativo

4.1- Saldo de Caixa

Procedemos a análise mensal dos saldos iniciais e finais bem como saldos dos balancetes mensais, seus lançamentos individuais e ao final do exercício no balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2025, os saldos iniciais do balancete de abertura de 01 de janeiro de 2025, e seus saldos no encerramento do exercício em 31/12/2025, observamos que saldos finais escriturados, também analisamos os valores lançados

contabilmente na conta razão - caixa, examinando o livro razão da empresa e controles internos de controle caixa, e não constatamos divergências.

Desta forma após analisados os controles gerenciais internos de saldos de caixa constatamos que o saldo existente está em consonância ao das demonstrações contábeis ao final de cada mês bem como em seu fechamento do balanço encerrado em 31/12/2025 apresenta o saldo de R\$ 14.322,37.

No entanto, recomendamos que a emissão de recibos na prestação de serviços de autônomos sejam inclusos na folha de pagamento e demais obrigações.

4.2- Saldo Bancos conta movimento

Verificamos que os valores contabilizados mês a mês e fazendo reconciliação entre extratos bancários e lançamentos contábeis observamos que a empresa opera com seu maior volume de transações na conta bancária nº 97.426-9 na Cooperativa Sicoob, Banco XP Investimentos, conta bancária nº 13.283-7 Banco Bradesco e conta bancária nº 85623-7 Cooperativa Sicredi , não observamos inconformidades nos lançamentos constantes dos livros diário e razão da empresa, analisados os valores constata-se que seus lançamentos bem como os saldos finais em cada mês estão em consonância com os saldos constantes dos extratos bancários analisados.

Após reconciliação das contas bancárias e relatórios de extratos bancários gerados pelas instituições bancárias conclui-se que ela mantém integridade e fidelidade com a devida conciliação contábil de forma adequada.

Ao analisar os valores observamos pagamentos no qual o destinatário diverge do documento apresentado e contabilizado, recomendamos revisar procedimento interno de contratação e pagamentos.

Aplicações Financeiras Conta Contábil 1018-0 e 1018-3

A empresa mantém seus recursos excedentes em aplicações financeiras junto ao Banco Bradesco e Banco XP Investimentos, em análise aos extratos observamos que os saldos estão em conformidade com a escrituração contábil e apropriados seus rendimentos mensalmente por competência, e tributados conforme legislação.

4.3- Estoques

A empresa em 31/12/2025 apresentava estoque total de mercadoria para revenda no montante R\$61.701,33, devidamente inventariado e com controles internos confiáveis.

4.4- Clientes a Receber

A análise dos clientes a receber são integralmente advindos do mercado nacional, a empresa mantém controle interno, assim os valores a receber estão alinhados com a política de recebimento a curto prazo e devidamente registrados contabilmente conforme estabelecido pelas normas brasileiras de contabilidade atendendo ao CPC 47, o que após análise percebemos que está fielmente representado os seus valores.

4.5- Outros créditos

Os valores são representados por contraprestação de serviços a receber no final do exercício

4.6- Adiantamentos de férias, diversos e caução

A empresa cumpre a legislação vigente quanto a concessão de férias, desta forma, observamos que os adiantamentos de férias constantes na conta do ativo ao final do exercício o qual são valores pagos em dezembro 2025 o qual o período interfere no exercício seguinte em virtude da obrigação legal. Foi analisada a folha pagamento para

verificação dos provisionamentos e constatamos estar em consonância na totalidade da obrigação no qual interfere futuramente em virtude período aquisitivo.

Os adiantamentos diversos são oriundos adiantados a prestadores de serviços

O valor de Caução é relativo a garantias na locação de imóveis, no qual há solicitação em andamento para a devida devolução.

4.7- Tributos e Contribuições a Compensar

Os valores constantes nas contas que compõem o saldo do grupo, são oriundos de direitos de direitos compensação que a empresa detém em virtude de valores retidos na fonte pelos tomadores de serviços, bem como rendimentos sobre aplicações financeiras, foi objeto de exame conforme constante em seus extratos mensais e reconhecidos conforme legislação vigente para compensação futura. A análise dos valores de reconhecimento bem como o razão da conta contábil e obrigação acessória que representa os montantes dos valores com direito a crédito e real possibilidade de compensação futura.

Estrutura de saldos do grupo da conta contábil Tributos e Contribuições a compensar

Descrição	Valor em 31/12/2025
IRRF sobre aplicações financeiras	R\$ 79.361,61
IRPJ exercícios anteriores	R\$ 21.981,43
Cofins a compensar	R\$104.604,17
Pis a compensar	R\$ 23.889,47
Outros impostos a compensar	R\$ 701,25
Saldo	R\$230.537,93

4.8- Despesas do Exercício Seguinte

Os valores constantes são oriundos das apólices de seguro, o qual são contabilizados e reconhecidos conforme normas contábeis e artigo 179 Lei 6.404/76 em

seu item I, com apropriação mensal e considerando sua vigência, analisando os lançamentos constatamos que está é perfeita consonância com a legislação estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. - Pronunciamento técnico CPC 50 – contratos de seguros e sua correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS17.

As apólices vigentes possuem a finalidade de proteger o patrimônio e assim trazer segurança para desenvolvimento das atividades desenvolvidas e estão distribuídas conforme abaixo:

Seguradora	Vigência	Bem Segurado
Allianz Empresarial	21/05/2026 a 25/05/2027	Sede Rua Angelo Cavaglieri
Allianz Empresarial	21/05/2026 a 21/05/2027	Centro de Treinamento
Swiss RE	05/01/2026 a 05/01/2027	Responsabilidade Civil -
Tokio Marine	04/01/2026 a 04/01/2027	Automóvel Kangoo – Furgão
Suhai Seguradora	31/03/2026 a 31/03/2027	Ambulância Kangoo Express
Azul Seguros	09/01/2026 a 09/01/2027	Automóvel Renault Kwid
Tokio Marine	28/10/2025 a 28/10/2026	Automóvel Doblo Essence

Ativo não circulante

4.9- Empréstimos Terceiros, Direitos e Cauções

O valor reconhecido empréstimos terceiros é formalizado por contrato entre as partes e estabelecida as cláusulas das obrigações e direitos, com amortizações futuras conforme determinado na relação obrigacional.

Os valores de aplicações de longo prazo são referentes a direitos federativos e econômicos que foram estabelecidos em contrato entre as partes e amortizados conforme cláusula contratuais e reconhecidos nos contratos as obrigações relacionadas.

Os valores de caução da conta ao final do exercício são referentes aos depósitos a título de caução imóveis em locação, com o propósito de garantir obrigações contratuais emanadas entre as partes.

4.10- Ativo Imobilizado

O ativo Imobilizado da empresa é controlado em contas individuais de bens, as taxas utilizadas de depreciação e amortização são as referidas pela legislação tributária em instrução normativa 162/98 disposto no artigo 253, parágrafo primeiro do Regulamento do imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 1041/94, quanto a quota de depreciação a empresa procedeu na escrituração como custo ou despesa operacional mensalmente.

Quanto a benfeitorias em imóveis de terceiros percebemos que o total foi devidamente amortizado, em consonância com as normas de contabilidade bem como atendendo o CPC 27.

Passivo Circulante

5 - Análise das contas contábeis e Saldos - contas do Passivo

5.1- Impostos a Recolher

Os valores reconhecidos e constantes da conta impostos a recolher **Confis** os valores estão devidamente conciliados e seus recolhimentos efetuados conforme legislação vigente, o saldo a pagar foi apropriado da competência dezembro 2025 para recolhimento janeiro 2026, quando a compensações as mesmas são devidamente contabilizadas conforme dispositivo legal; **Pis**, os valores estão devidamente conciliados e seus recolhimentos efetuados conforme legislação vigente, o saldo a pagar foi apropriado da competência dezembro 2025 para recolhimento janeiro 2026, quando a compensações as mesmas são devidamente contabilizadas; **IRF recolher** os valores são oriundos de retenções de notas de prestadores de serviços, folha de pagamento do mês de dezembro 2025 para recolhimento em janeiro 2026 e atendendo a legislação vigente;

ISS a recolher os valores são oriundos de retenções de notas de prestadores de serviços, folha de pagamento RPA do mês de dezembro 2025 para recolhimento em janeiro 2026 e atendendo a legislação vigente e considerando a alíquota de cada município onde foi emitida a nota fiscal; **outras contribuições** valores retidos de prestadores de serviços e observa-se que a conta está devidamente conciliada com seus recolhimentos regulares e o saldo remanescente do mês de dezembro para recolhimento em janeiro 2026.

Os valores devidos encontram-se devidamente informados nas obrigações acessórias conforme estabelece a legislação vigente e as normas e instruções da Receita Federal do Brasil, Secretaria da Receita Estadual SC e Prefeituras Municipal de Itajaí e Balneário Camboriú.

Valores reconciliados das contas ao final do exercício em 31/12/2025

Descrição	Valores Devidos
ICMS a recolher	R\$ 4.328,17
IRPF a recolher PF/PJ	R\$170.397,91
ISS a recolher	R\$ 2.968,66
Outras Contribuições a recolher	R\$ 29.735,79
Total	R\$207.430,53

Os valores acima representados constam nas obrigações acessórias estabelecidas na legislação vigente e atendidas as exigências quanto ao regime tributário do lucro real, com aplicação dos devidos percentuais estabelecidos, bem como atendendo os procedimentos legais da retenção de tributos sobre prestadores de serviços, bem como a devida compensação que trata a norma legal. As obrigações tributárias foram analisadas conjuntamente com relatórios enviados aos SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, e Prefeituras Municipais de Itajaí e Balneário Camboriú

5.2 - Obrigações Trabalhistas Salários e Encargos Sociais

Em procedimento estabelecido para a análise da folha de pagamento, bem como os cálculos dos eventos na folha de pagamento dos colaboradores, observamos que os cálculos mensais bem como suas incidências tributárias atendem a legislação trabalhista pertinente bem como a convenção coletiva patronal x laboral, quanto a autônomos verificamos que alguns recibos não foram incluídos desta forma não registrados com suas particularidades atendidas, assim recomendamos revisar a pratica, para atender aos dispositivos legais vigentes.

Quanto aos descontos sobre a remuneração dos colaboradores, observamos que foram atendidos os percentuais estabelecidos em lei e convenção coletiva da categoria; por sua vez também foi objeto de análise os encargos incidentes de responsabilidade patronal, após confrontamos os descontos efetuados e os encargos sobre as folhas dos colaboradores com os recolhimentos efetuados pela empresa e constatamos que estão em conformidade com os valores, atendendo aos dispositivos legais tributários, previdenciários e trabalhistas inclusive no tocante as datas de recolhimento da obrigação.

A data estabelecida para pagamento de salários foi cumprida conforme determina a legislação trabalhista e convecção coletiva de trabalho.

Observamos que a contribuição sindical está em conformidade com o valor reconhecido. E quanto aos empréstimos consignados são oriundos foram considerados e reconhecidos conforme informações do órgão regulador de forma adequado.

5.3 – Encargos Sociais - INSS e FGTS

Os valores de FGTS e INSS sobre salários foram analisados mensalmente por meio da folha de pagamento e relatórios do e-social, com cruzamento das obrigações acessórias conforme determinação legal, a conciliação mensal está adequada e os saldos constantes do balanço patrimonial de 31/12/2025 são as apropriações oriundas da folha de pagamento dezembro 2025 cujos prazos de recolhimento serão em janeiro 2026 e

atendendo aos prazos estabelecidos na legislação vigente, e apresentam os saldos abaixo discriminados.

Descrição	Valores Devidos
Inss a recolher	R\$314.231,89
FGTS a recolher	R\$ 80.112,78
Total a recolher	R\$394.344,67

5.4- Outras Obrigações a pagar

Os valores contabilizados representam as obrigações oriundas de prestação de serviços pessoas físicas e jurídicas, analisamos a conta contábil 2013-7 durante o exercício de 2025 e constatamos que os saldos finais constantes da relação obrigacional representam com fidelidade os valores e estão em conformidade com prazos estabelecidos entre as partes.

5.5- Provisões Férias

A empresa adota o provisionamento de suas obrigações trabalhistas em seu passivo resultante da obrigação presente decorrente de eventos passados, em que é provável que ocorra uma saída de recursos econômicos, desta forma, são reconhecidos a cada mês e demonstrado o total da obrigação até o momento presente 31 de dezembro 2025, considerando provisão das férias proporcional a cada mês devida e a obrigação e 1/3 incidentes, bem como encargos pelo princípio da competência, analisamos as provisões mensalmente e constatamos que está apropriada e calculada a base de 1/12 da remuneração mensal dos empregados bem como seus encargos e que ao final do exercício as provisões de férias estavam em consonância com o total da obrigação a pagar, conforme vínculos existentes na folha de pagamento de dezembro 2025 e em consonância com o CPC 25. Quando do pagamento observados a devida baixa na conta provisões, no momento em que o colaborador tira suas férias.

6 - Conta de Resultado

Em análise e reconciliações das contas de receitas e despesas da empresa e constatamos a regularidade nos lançamentos bem como a apropriação pelo regime e princípio da competência, e que eles se originam de base de documentos legais atendo as normativas quanto a incidências tributarias para ser admitida sua contabilização, sendo assim na perfeita ordem e legalidade.

Podemos constatar que na empresa no exercício de 2025 adotou um máximo de transparência quanto à alocação em grupos receita e de despesas com especificidade, constatamos que ingressos de receitas inerentes a atividade desenvolvida, vendas, serviços prestados em território nacional, receitas de jogos, receita de transmissão de jogos e negociação de atletas conforme demonstradas nas contas individualizadas constantes no balanço patrimonial.

6.1- Obrigações Acessórias

Analisamos os relatórios apresentados quanto as obrigações acessórias do qual a empresa está abrangida pela matriz tributária e as devidas consequências na escolha do regime de tributação da empresa lucro real e assim observamos que a empresa procedeu com a devida entrega no prazo legal, e reconheceu suas obrigações tributarias de forma fidedigna sem qualquer omissão, cumprindo dos os dispositivos legais vigentes. Tal fator abrange a empresa em sua matriz bem como sua filial.

Declarações Municipais e Estaduais

Constamos que a empresa elaborou e cumpriu as entregas estabelecidas junto aos órgãos públicos estaduais e municipais, analisamos as informações internas da empresa, cruzamento dos reconhecimentos contábeis, retenções havidas e incidência tributária na emissão das notas fiscais de serviços e de venda de mercadoria, bem como sobre os prestadores e tomadores de serviços, de modo que confrontamos os valores constantes da obrigação acessória quanto ao relatório da Prefeitura Municipal de Camboriú e Prefeitura Municipal de Itajaí ambas do Estado de Santa Catarina, e obrigação

junto aos órgãos de controle estadual quanto a apuração de ICMS sobre vendas cumprindo com a legislação do regulamento ICMS e Lei ordinária 4283/1969; assim percebemos que houve o cumprimento das entregas das obrigações acessórias de forma adequada as normas e dispositivos leis vigentes.

6.2- Certidões Negativas

Analisamos as certidões negativas junto aos órgãos de fiscalização e controle a nível Federal incluído as previdenciárias e trabalhistas, estadual, municipal, conforme detalhamento abaixo empresa encontra-se regular nas seguintes esferas da administração pública.

Status	Descrição	Validade
Regular	Certidão Débitos Tributos Federais e União	14/09/2026
Regular	Certificado Regularidade FGTS	30/04/2026
Regular	Certidão Débitos Trabalhistas (até a data)	30/04/2026
Regular	Certidão de Ações Trabalhistas (até a data)	30/04/2026
Regular	Certidão Débitos Estaduais	23/09/2026
Regular	Certidão Débitos Municipais Itajaí	29/06/2026
Regular	Certidão Débitos Municipais Balneário Camboriú	29/06/2026

Destacamos pela análise e confrontação com as negativas emitidas que a comprovação de recolhimentos de previdência está vinculada conjuntamente com a Certidão de Tributos Federais.

Desta forma constatamos regularidade junto aos órgãos de controle e fiscalização em que a empresa está inserida devido a sua atividade.

7- Demonstrações Contábeis

Analisamos e examinamos o balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro 2025, ativo, passivo e conta de resultado, detalhamos análise das contas de maior

relevância, notas explicativas, demonstrações de mutações do patrimônio líquido, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações dos Resultados Abrangentes, o qual constatamos que adotou pelo método indireto. Analisamos os balancetes mensais, confrontamos os saldos iniciais e finais de cada período mensal e não constatamos nenhuma divergência ou irregularidade, cumprindo com a legislação, bem como quanto as normas brasileiras de contabilidade.

8- Verificação e Mensuração dos Documentos Analisados

Foram analisados os saldos das contas registradas no Balanço Patrimonial do ano 2025, com cruzamento e análise na documentação que lhe serviram como base e origem, extratos bancários, comprovantes de despesas, folha de pagamento e obrigações acessórias elaboradas e enviadas aos órgãos de controle e fiscalização.

Examinamos os livros de registro dos lançamentos contábeis – Livro Razão do exercício 2025 que compreende o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, especificamente quanto a apropriação de seus lançamentos e conciliações.

Examinamos a folha de pagamento, seus cálculos, suas incidências e o devido lançamento do reconhecimento na escrituração contábil, bem como procedemos na conciliação e cruzamento dos seus valores, inclusive os informados no e Social da empresa, bem como sua contabilização e reconhecimento contábil.

Examinamos os contratos de obrigações, as disposições contratadas pelas partes, bem como os registros contábeis e reconhecimento dos valores, abrangendo receitas e despesas bem como direitos e obrigações.

9- Aspectos Relevantes para Destacar ao Exame de Documentos

Em exame aos demonstrativos contábeis do exercício de 2025 e sua documentação que serviram de base para os seus registros que lhe deram suporte observamos:

O regime de lançamentos; a contabilidade foi elaborada pelo regime e princípio da competência, com todos os reconhecimentos contábeis atendendo as normas contábeis, legais e tributárias.

A organização dos documentos existentes está devidamente organizada e arquivada e foi colocada à disposição durante todo o procedimento da presente auditoria.

10- Demonstrações Contábeis

Os valores constantes das demonstrações financeiras ao final do exercício de 31/12/2025, estão devidamente registradas contabilmente e atendendo as normas legais e estão representadas conforme abaixo:

Balanco Patrimonial do Exercício 2025

Valores expressos em reais

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	R\$	Circulante	R\$
Disponível caixa/banco	2.601.251,15	Impostos recolher	207.430,53
Estoques	61.701,33	Obrigações Trabalhistas	21.146,10
Clientes a receber	25.247,22	Obrigações sociais	394.344,67
Outros créditos	84.462,24	Outras Obrigações	621.441,02
Adiantamentos	83.772,68	Provisões	854.771,01
Tributos compensar	230.537,93	Total Passivo Circulante	2.099.133,33
Despesas Ex. Seguinte	10.111,51		
Total Circulante	3.077.084,06		
Empréstimos terceiros	316.359,30		
Aplicações Longo Prazo	3.888.950,14	Patrimônio Líquido	44.812.380,83
Caução	6.000,00	Capital Social	149.356.047,63
		Capital Social a Integralizar	(5.000.000,00)

Imobilizado	846.426,51	Prejuízos Acumulados	(138.300.360,95)
Total Não Circulante	5.057.735,95		
Total Ativo	8.154.820,01	Total Passivo	8.154.820,01

Demonstrativo de Resultado do Exercício 2025

Valores expressos em reais

Receita Bruta	4.128.131,14
(-) Deduções da Receita	(243.504,48)
Receita Líquida	3.884.626,66
Custo	(25.176.613,60)
Lucro Bruto	(21.291.986,94)
Despesas Operacionais	(18.927.070,14)
Despesas Financeiras	(44.582,45)
Receitas Financeiras	583.509,57
Outras despesas operacionais	(566.268,84)
Outras receitas operacionais	1.387.103,60
Resultado com alienações e baixas	22.601,05
Resultado operacional	(38.836.694,15)
Receitas não operacionais	80.000,00
Resultado antes IR e CSLL	(38.756.694,15)
Resultado Exercício	(38.756.694,15)

É o relatório.